

PPI sobrevive à transição e vai liderar privatizações

Por Daniel Rittner | De Brasília

Tido pelo economista Paulo Guedes e seus auxiliares como um núcleo de excelência na administração federal, a secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deverá sobreviver incólume na transição para o novo governo. O plano registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo então candidato Jair Bolsonaro colocava o PPI no superministério da Economia. Segundo interlocutores de Guedes e do chamado "grupo Brasília", onde se concentram os militares próximos a Bolsonaro, esse desenho foi revisto e está tomada a decisão de manter o programa de concessões e privatizações no Palácio do Planalto - vinculado diretamente à Presidência da República.

Eles teriam concordado com o argumento de que o PPI precisa de autonomia institucional para fazer a articulação com outros ministérios, órgãos de licenciamento ambiental, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF), investidores e analistas de mercado.

Debaixo de uma pasta específica, avalia-se que esse papel de "resolvedor de problemas" ficaria muito difuso, concorrendo com uma infinidade de outros assuntos na

agenda, por exemplo, do ministro da Economia ou da Casa Civil.

Os dois homens fortes do PPI - Adalberto Vasconcelos e Tarcísio Freitas - têm grandes chances de continuar. A equipe de Bolsonaro avalia positivamente o trabalho dos dois e gostaria de preservá-los. Se convidados, o Valor apurou que devem aceitar.

Ambos têm o respaldo do mercado e perfis que agradam ao novo governo. Servidor de carreira do TCU e "emprestado" ao Planalto desde 2016, Vasconcelos foi coordenador-geral de infraestrutura do tribunal. Ele trabalhou por mais de dez anos com a esposa do general Oswaldo Ferreira, próximo de Bolsonaro e cotado para assumir o Ministério dos Transportes, com quem fazia auditorias no órgão de controle.

Freitas, primeiro da turma no Instituto de Militar de Engenharia, liderou a equipe técnica de engenheiros na missão da ONU no Haiti liderada pelo Brasil. Tornou-se número 2 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em meio à "faxina" conduzida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011, quando um escândalo de corrupção estourou na autarquia. Hoje é consultor legislativo licenciado da Câmara.

A equipe conta com 32 técnicos - a maioria com mestrado e doutorado - provenientes de órgãos como o BNDES, Ministério do Planejamento e Caixa. Um dos secretários, Marco Aurélio de Barcelos Silva, foi consultor da FGV Projetos e diretor da unidade de PPPs de Minas Gerais (uma das mais prestigiosas do país).

A chefia do PPI, porém, pode ficar com o general Hamilton Mourão. O vice-presidente eleito já declarou ter interesse em assumir o programa. Paulo Guedes teria dito a interlocutores que não se opõe.

Falta um anúncio oficial, mas a nomeação do general emularia o papel do ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, no início do governo Michel Temer. Moreira sequer tinha cargo de ministro, era secretário-executivo do PPI, mas sua condição de braço-direito do presidente lhe garantia status político para resolver os problemas relacionados ao programa. Mourão poderia reproduzir esse desenho, com Vasconcelos e sua equipe fazendo a ponte com o mercado e atacando questões mais técnicas.

Com a concessão da Rodovia de Integração do Sul (RIS), na quinta-feira, o PPI chegou ao 105º projeto leiloado com sucesso. Os compromissos de investimentos somam R\$ 236 bilhões.





Gente que faz

Perfil da secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos

■ Equipe total

45 pessoas (32 técnicos e 13 de apoio)

■ Média de idade

43 anos

■ Áreas de atuação

19 engenheiros, 5 advogados,
3 administradores, 3 relações
internacionais, 2 economistas

■ Órgãos de origem

BNDES, TCU, CGU, Ministério do
Planejamento, Caixa, Dnit e consultoria
legislativa da Câmara, entre outros

■ Formação

13 especialistas,
12 mestres, 5 doutores,
3 doutorandos, 1 pós-doutor

Fonte: PPI

Indústria propõe criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio

Por Ivo Ribeiro, Stella Fontes, Denise Neumann e Marli Olmos | De São Paulo



Onyx: futuro ministro da Casa Civil promete dar amanhã resposta a pedido feito por representantes da indústria.

Dez entidades representantes do setor industrial no país levaram a Onyx Lorenzoni (DEM-RS), futuro ministro da Casa Civil do governo Bolsonaro, a proposta para criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio, que se fundiria com a atual pasta do Trabalho, apurou o Valor com fontes ligadas à indústria.

A iniciativa é uma resposta ao plano de incorporação do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) ao Ministério da Economia, que será comandado por Paulo Guedes. Esse superministério nasce com a reunião das pastas da Fazenda e Planejamento.

A decisão do novo governo de juntar os três ministérios gerou grande descontentamento entre representantes da indústria, que não

veem sentido na extinção do Mdic. "A acusação de que o Mdic apenas serve para conceder subsídios e incentivos às empresas do setor não procede", comentou uma fonte, lembrando que foi a Fazenda quem mais concedeu subvenções nos últimos governos.

Lorenzoni prometeu que dará amanhã uma posição sobre a proposta de criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio, segundo as fontes. O deputado federal iria se reunir com Jair Bolsonaro (PSL) no feriado para discutir, entre outros assuntos, o pedido apresentado no meio da semana passada pelas associações, em reunião em Brasília.

No documento, as entidades - Abimaq, Abinee, Abicalçados, Abiquim, Abit, Abrinq, Anfavea, AEB (de comércio exterior), Cbic (da construção civil) e Instituto Aço Brasil - sugerem a combinação de produção e trabalho em uma única pasta, em linha com o objetivo do novo governo de redução da estrutura do Estado e da burocracia, e de busca por maior eficiência.

Junto com a promessa de análise, porém, o futuro ministro da Casa Civil avisou que Guedes é contra a criação da pasta aos moldes propostos pela indústria. Um dia antes, o futuro ministro da Economia havia anunciado oficialmente a fusão do Mdic com a Fazenda e o

Planejamento. Ao receber o documento de uma página produzido pela indústria, Onyx observou ainda que essa é uma discussão de estratégia de governo. "De qualquer maneira, o próprio presidente eleito disse que não iria atrapalhar a indústria", lembra uma fonte.

Num primeiro encontro com Lorenzoni e Bolsonaro, em 22 de outubro, no Rio de Janeiro, a coalizão de entidades apresentou pontos de uma agenda de crescimento, que passam por ênfase em construção civil e infraestrutura (grandes geradores de empregos), soberania nacional (garantida de conteúdo local), ajuste fiscal e reformas previdenciária e tributária e abertura comercial e crescimento econômico. Além de condições para aumentar as exportações de produtos manufaturados.

Como a geração de empregos se dá na produção de bens e serviços e no comércio, defendem as associações, faria sentido a criação de um Ministério da Produção, Trabalho e Comércio, com consequente aperfeiçoamento da relação entre capital e trabalho. "A junção entre produção e trabalho é uma mudança de paradigma, que busca desburocratizar e aprimorar a relação capital-trabalho, facilitando assim a colaboração entre as partes e promovendo o empreendedorismo, a inovação, a produtividade e a competitividade da





economia brasileira", diz um trecho do documento, ao qual o Valor teve acesso.

A defesa é que a indústria responde por 32% da arrecadação de tributos federais, 51% da exportações brasileiras e por 21% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo 11% da indústria de transformação. Além de 20% na geração do emprego formal do Brasil. "Tem de ter reconhecimento de sua representatividade na economia brasileira. É um peso enorme e, por isso, não pode ser tratada sem o devido respeito que merece", observa uma das fontes. Para a coalizão, o Ministério da Produção, Trabalho e Comércio nasce com a missão de fomentar investimentos, inovação, produtividade, competitividade e a geração de empregos a partir de uma política de estímulo à produção de bens e serviços.

O modelo proposto já foi testado no Brasil. Em 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo implantado em novembro sob a chefia de Getúlio Vargas. No dia 26 daquele mesmo mês foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O "ministério da Revolução", como foi chamado por Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta, surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho.

Até então, no Brasil, as questões relativas ao mundo do trabalho eram tratadas pelo Ministério da Agricultura, sendo, na realidade, praticamente ignoradas pelo

governo. Ele foi desmembrado em 1961, em lei de 1960, quando foi criado o Ministério da Indústria e Comércio (MIC). E a pasta de Trabalho passou a ser denominada Trabalho e Previdência Social.

A vizinha Argentina vive essa experiência, de forma mais ampla, do Ministério de Produção. Criado no governo de Mauricio Macri, em dezembro de 2015, a pasta engloba as secretarias de Indústria, Comércio, Trabalho, Previdência e também Agricultura. Foi bem aceita pelo empresariado, principalmente o ligado à indústria, que carregava lembranças amargas da economista Debora Giorgi, ministra da Indústria durante todo o governo de Cristina Kirchner (2008-2015). Giorgi era temida porque durante a sua gestão exigia das empresas explicações contínuas sobre reajustes de preços.

Na era Macri, representantes do setor produtivo foram chamados para compor a equipe econômica. O primeiro a assumir o Ministério da Produção foi o empresário e engenheiro Francisco Cabrera, que, na época, presidia a Fundação Pensar, uma entidade pública voltada a pesquisar o emprego do futuro. Em meados deste ano, Cabrera foi substituído por Dante Sica, sócio da Abeceb, uma das consultorias mais conhecidas e atuantes de Buenos Aires. Sica levou para o ministério uma vasta experiência de trabalho junto a empresários de vários setores. Ele é um dos economistas argentinos que mais conhece a economia brasileira. A Abeceb esteve sempre próxima da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Contas do Sistema S entram na mira do governo eleito

Por Andrea Jubé e Daniel Rittner
| De Brasília

As contas do Sistema S estão na mira da equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro e podem se transformar em pivô de um embate do novo governo com o patronato brasileiro. O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, pretende mexer em supostos "desvios de finalidade" dos serviços sociais autônomos.

A avaliação, no entorno de Bolsonaro, é de que falta transparência e existe grande desperdício de recursos por entidades como o Sesi e o Senac - principalmente na região Nordeste. Patrocínios para eventos culturais do Sesc também são alvo de críticas.

Uma fonte ligada à campanha do presidente eleito diz que "o ponto focal é colocar o Sistema S prestando contas" à União e "trazê-lo para a moderna governança corporativa". Não há detalhes, mas pelo menos dois aspectos incomodam o novo governo: a arrecadação e a fiscalização de verbas.

Sesi e Senai (indústria), Sesc e Senac (comércio), Sest e Senat (transportes), Senar (agronegócio), Sebrae (micro e pequenas empresas) e Sescoop (cooperativas) fazem parte do chamado Sistema S. São pessoas jurídicas de direito privado que atuam em cooperação com o Estado e recebem cerca de R\$ 20 bilhões por ano. A arrecadação tem como base o recolhimento compulsório de 0,2% a 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas aos empregados.

Um fenômeno recente tem sido o crescimento da arrecadação direta, que não é feita pela Receita Federal, mas cobrada diretamente por Senai e Sesi de seus filiados na indústria. Esse montante supera R\$ 4 bilhões do recolhimento total e suscita controvérsias do ponto de vista jurídico.

No caso da fiscalização, as entidades do Sistema S estão submetidas a auditorias da Corregedoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), mas os próprios órgãos de controle já apontaram lacunas, como deficiências nas demonstrações contábeis das entidades.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) já identificaram que o orçamento do Sistema S está em risco e querem conversar sobre o assunto com Guedes e auxiliares de Bolsonaro, como o futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Em 2015, com Joaquim Levy à frente do Ministério da Fazenda, o governo da ex-presidente Dilma Rousseff chegou a anunciar que encaminharia ao Congresso Nacional uma medida provisória para redirecionar à Previdência o montante de 30% do que era recolhido para o Sistema S. Era um reforço para o ajuste fiscal pensado por Levy. Houve forte reação contrária dos empresários. No fim das contas, um acordo engavetou a ideia da MP. Para isso, as entidades assumiram mais despesas em cursos e em qualificação profissional.

Um projeto de lei do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que está em tramitação, ainda busca destinar 30% dos recursos do Sistema S à seguridade social.

Joaquim Levy é sondado para BNDES

Por Claudia Safatle | De Brasília

O ex-ministro da Fazenda Joaquim Levy foi sondado para presidir o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Levy comandou a pasta da Fazenda no primeiro ano da segunda gestão de Dilma Rousseff, quando iniciou a redução dos subsídios concedidos nos créditos do BNDES, inchados por cerca de R\$ 500 bilhões de empréstimos do Tesouro Nacional para financiar, sobretudo, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI). Ainda na transição de governo, em 2014, Levy aumentou a TJLP, juros cobrados nos financiamentos do BNDES, e que estavam bem abaixo da taxa Selic, configurando uma conta de subsídios pesada.

Em 2015, o BNDES devolveu R\$ 30 bilhões ao Tesouro. Nos anos seguintes, já com Henrique Meirelles

na pasta da Fazenda, a devolução foi acelerada e crucial para o cumprimento da regra de ouro da política fiscal, que proíbe que as operações de crédito da União superem as despesas de capital. O BNDES tem, hoje, uma programação para a devolução antecipada dos R\$ 250 bilhões que ainda faltam.

Ao participar na semana passada de um painel no Conselho das Américas, em Washington, Levy, que é diretor financeiro do Banco Mundial, falou dos desafios, em várias frentes, do governo Bolsonaro, tais como reformar a Previdência Social e privatizar estatais - "de maneira profissional, com melhor marco legal". Segundo ele, a arquitetura geral é clara, "sabemos o que se deve fazer" e para isso, é preciso "vontade política e um pouco de coragem".

Levy salientou, ainda, que o novo governo está aberto aos investimentos privados, mas esses devem ser feitos com transparência para evitar os problemas e

escândalos dos últimos anos, quando várias empresas se envolveram em casos de corrupção. "A economia está fraca porque não há investimentos", disse.

A expectativa é de que nesta semana sejam definidos os nomes para vários cargos importantes para a política econômica, a começar pelo Banco Central. O presidente do BC, Ilan Goldfajn, chegou de uma viagem a Israel e decidirá se permanece no cargo. Luiz Fernando Figueiredo, ex-diretor do BC e sócio da Mauá Capital, foi sondado para a presidência do Banco do Brasil, mas não incentivou a equipe de Bolsonaro a concretizar um convite. No Ministério da Fazenda há cargos como o da secretaria do Tesouro Nacional e da secretaria executiva, onde atualmente estão Mansueto de Almeida e Ana Paula Vescovi, que podem ser convidados a permanecer. Até agora o único que foi convidado para ficar foi Waldery Rodrigues, da equipe de Marcos Mendes, na assessoria especial do ministro.

Medidas para recuperar o investimento em infraestrutura

Por Venilton Tadini e Igor Rocha

O processo de letargia no qual o Brasil se encontra não é novidade para ninguém. Em 2017 e 2018 a recuperação da economia parece soar mais como um desejo do que uma realidade. Em um ambiente de ausência de dinamismo econômico, ocorre um raro consenso entre economistas de que o investimento em infraestrutura constitui a única saída possível para retomar a economia, já que a indústria está com elevada capacidade ociosa.

A despeito disso, dados apurados pela Abdib revelam que desde 2014 o setor tem sido sucateado por fatores conjunturais e estruturais. A parcela privada de investimentos no setor apresentou queda de 27,4% entre 2014 e 2017 - uma retração de R\$ 100,8 bilhões para R\$ 73,2 bilhões. No mesmo período, a parcela pública caiu ainda mais: 43,5%, de R\$ 65,9 bilhões para R\$ 37,2 bilhões. No total, o investimento em infraestrutura somou R\$ 110,4 bilhões em 2017, inferior em 34% ao pico atingido em 2014, de R\$ 166,7 bilhões. São necessários ao menos R\$ 284,0 bilhões de investimentos por ano (4,3% do PIB), nos próximos dez anos, para o país suprir os gargalos do setor.

O atraso em alcançar os níveis de investimento e expansão da infraestrutura de economias no mesmo estágio de desenvolvimento afeta a competitividade dos

produtos brasileiros no mercado internacional. Tal como já lembrava o seminal economista alemão Albert Hirschman, em sua obra de 1958 - "Estratégia do Desenvolvimento Econômico" -, a infraestrutura é o capital social básico, sem o qual outros setores - primário, indústria, e serviços - não podem se desenvolver. Além dos ganhos de competitividade e eficiência, o investimento no setor, no atual momento crítico da economia, potencializa toda uma cadeia a jusante e a montante.

Estado precisa equilibrar as contas públicas e aumentar a oferta de bons projetos públicos

Considerando a enorme soma que o Brasil precisa investir em infraestrutura anualmente, é preciso aproveitar a capacidade e o potencial tanto do setor público quanto do setor privado. Com isso, não deve haver preconceito com relação ao papel do estado investidor na infraestrutura, o que ocorre no mundo todo, seja em países desenvolvidos ou emergentes. Isso porque há setores em que cabe ao Estado investir, por mais que ele tenha convicção e seja eficiente na diretriz de transferir à iniciativa privada o máximo de responsabilidades e oportunidades de investimento. Há um estoque de ativos que são administrados pelos

governos e que talvez não haja atratividade econômica para o setor privado.

Um olhar global ajuda a entender a questão. No mundo, investimentos do Estado no setor são muito representativos. Dados do Banco Mundial mostram que nas economias emergentes o financiamento público representa cerca de 70% do total de recursos aplicados em infraestrutura. Países como Hungria, Malta e Eslovênia possuem ao menos 50% de participação do Estado. Situam-se aproximadamente em 30%, nações como Eslováquia, Letônia, Reino Unido, Suíça, Áustria, Luxemburgo, Dinamarca, Estônia e Portugal. Em 15 países da América Latina e Caribe, incluindo Brasil, na média anual entre 2008 e 2013, o setor público foi responsável por 90% dos aportes na área de recursos hídricos e saneamento básico e por 77% nos setores de transportes. Em energia e telecomunicações, os aportes do Estado corresponderam respectivamente a 44% e 7% do total dos investimentos feitos no período em questão.

E o Brasil? O Brasil já tem participação privada mais pujante que a média dos países. O setor privado tem sido responsável nesta década por mais de 60% dos investimentos em infraestrutura, chegando a 67% em 2017 (o correspondente a R\$ 73 bilhões). Mesmo que o setor privado consiga





duplicar rapidamente o montante de investimento anual, ainda restará uma lacuna de montante equivalente para atender as necessidades imediatas do país na infraestrutura. Por aqui, o setor público continua com papel preponderante em modais de transporte, mobilidade urbana e saneamento básico. O aumento dos investimentos para o patamar necessário para cobrir as debilidades nacionais terá de contar com todas as fontes possíveis de investimento.

O setor de rodovias ajuda a demonstrar a importância das duas fontes de investimento - pública e privada - na infraestrutura. Depois de todos os programas de concessões de rodovias realizados desde os anos 90, o Brasil ainda concentra 98,6% da malha rodoviária na gestão pública - incluindo governo federal, estados e municípios. Da extensão total pavimentada, somente 10% são administrados por concessionárias privadas. É viável conceder mais? Sim, claro - e o quanto antes, com estudos qualificados e projetos bem

estruturados. Mas é equivocado imaginar que será possível conceder toda a malha e que será possível prescindir do investimento público. Isto porque a falta de manutenção ou investimentos deverá afetar diretamente a demanda da malha concedida a iniciativa privada.

Assim, é preciso recuperar a capacidade do Estado de investir. Mas como? No médio e longo prazo, equilibrar as contas públicas, reconstruir a capacidade de planejamento e aumentar a oferta de bons projetos públicos. No curto prazo, endereçar no Congresso Nacional as reformas previdenciária e tributária. Em paralelo, os governos deveriam organizar os estoques de dívida tributária e preparar operações de securitização, obtendo recursos para investimento direto ou a constituição de fundos para garantir as contrapartidas públicas em parcerias público-privadas. De forma alternativa, vale considerar a criação de uma receita adicional, no modelo da CPMF, desde que

condicionada a investimentos.

No curto prazo, enquanto o torque da economia é lento, é fundamental que o Estado atue como motor da recuperação do investimento e conseqüentemente da atividade econômica, criando um cenário mais favorável à retomada cíclica da iniciativa privada. O Brasil ainda pode aproveitar muito a capacidade investidora do setor privado na infraestrutura. Mas, sozinho, ele não dará conta no longo prazo, muito menos no momento imediato.

Venilton Tadini é economista e mestre pela USP. Ex-diretor do BNDES e ex-diretor da Secretaria do Tesouro. É atualmente presidente-executivo da Abdib.

Igor Rocha é economista, PhD pela Universidade de Cambridge (Reino Unido), e diretor de planejamento e economia da Abdib

Entidades pedem criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio

CLEIDE CARVALHO
E RENNAN SETTI

Entidades empresariais apresentaram ao futuro ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM-RS), uma proposta de criação do Ministério da Produção, Trabalho e Comércio. A ideia é reunir as áreas ligadas à produção e à geração de emprego numa mesma pasta. O pedido ocorreu poucos dias após o anúncio de um superministério da Economia, que reuniria as pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, sob o comando de Paulo Guedes.

O pedido foi apresentado numa reunião com Onyx na semana passada em Brasília. O futuro ministro ficou de tratar do assunto com o presidente eleito, Jair Bolsonaro, segundo representantes das entidades.

—Precisamos de uma estrutura que funcione e não de um superministério. O que vai resolver o problema do desenvolvimento do país é sentar e trabalhar —afirma Fernando Figueiredo, presidente

executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), que endossa a proposta e cita outras instituições que dão aval ao pedido, como Anfavea (montadoras), Abimaq (máquinas), Abinee (eletrônicos), Abrinq (brinquedos), Abit (têxtil), AEB (Associação de Exportadores do Brasil) e Instituto AçoBrasil.

Figueiredo defendeu o enxugamento do número de ministérios e afirmou que é preciso conciliar todas as etapas da produção. Outro representante de entidade industrial diz que o setor recorreu a Onyx por avaliar que Guedes seria menos receptivo à proposta. Na semana passada, o futuro ministro da Economia fez críticas ao setor, dizendo que salvaria a indústria, apesar dos industriais.

A avaliação das entidades é que o Ministério do Trabalho apresenta entraves à produção. Na pauta de propostas, o setor reivindica uma reforma tributária, privatização de portos e rodovias e a efetivação do programa Reintegra, de crédito tributário para exportações.

Transparência: uma vitória do governo

» WAGNER ROSÁRIO

Auditor federal de finanças e controle desde 2009 e ministro da Transparência e Controladoria-Geral da União

No início do governo Michel Temer, um dos maiores desafios era recolocar o país nos trilhos. Uma das áreas apontadas como prioritária foi a de fiscalização e controle dos gastos da administração pública. Por isso, o governo reorganizou e fortaleceu o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). A situação orçamentária da CGU era precária em meados de 2016. Foi necessário esforço do governo para que o Ministério do Planejamento recompusesse as dotações da pasta, que tinha reduções desde 2012, em sinal de fragilidade e perda de prestígio político. Houve aumento de recursos orçamentários de 10% em 2018 e mais 15% para 2019.

Com a reorganização e o novo orçamento, o ministério alcançou excelentes resultados, que tiveram impacto imediato nas contas públicas federais. No campo da detecção de casos de corrupção, entre 2016 e 2018, foram realizados 141 trabalhos conjuntos com outros órgãos de defesa do Estado nos

quais se apuraram prejuízos da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Na área de sanção, consolidou-se a efetiva responsabilização das pessoas jurídicas, com mais de 340 processos administrativos instaurados. Os Acordos de Leniência foram operacionalizados a partir da atuação coordenada da CGU e da Advocacia-Geral da União (AGU), o que permitirá ao governo reaver cerca de R\$ 10 bilhões até dezembro deste ano.

Esses esforços de ampliação de ações de integridade em nosso país geraram um reconhecimento internacional do Ministério da Transparência. Fomos premiados pela Society of Corporate Compliance and Ethics (SCCE), entidade certificadora de profissionais de compliance, sediada em Minneapolis-EUA. Um sinal claro de que estamos no caminho certo.

Também desburocratizamos o serviço público e lançamos o Simplifique!, um novo canal, disponível em todos os sites do governo, para que qualquer pessoa proponha mudanças que facilitem o acesso, a qualidade e a execução dos serviços públicos. Em seus meses inaugurais, o sistema já obteve 1.583 sugestões de simplificação.

Ainda tratando de prevenção da corrupção, expandimos o programa “Um por todos e todos por um: Pela ética e Cidadania”, que objetiva difundir noções de ética, cidadania, transparência e controle social aos 38 milhões de alunos do ensino público fundamental (1º ao 9º ano). A iniciativa conta com o apoio do Instituto Maurício de Sousa, que utiliza o universo lúdico das personagens da Turma da Mônica para permitir o desenvolvimento do tema nos bancos escolares.

Fruto dessa inovação, em 2017, o Ministério da Transparência gerou benefícios financeiros de aproximadamente R\$ 4 bilhões, o que representa quatro vezes o orçamento do órgão. Em 2018, os trabalhos já contabilizaram R\$ 897 milhões de economia efetiva, e mais R\$ 8,1 bilhões estão em vias de confirmação, sem tocarmos nos inúmeros avanços gerenciais não passíveis de mensuração financeira.

Essas boas notícias comprovam que, com trabalho sério e competente, é possível fazer muito em somente dois anos, com dedicação e envolvimento no combate aos desvios e falhas na administração pública. Os desafios são grandes, mas esses resultados nos animam a prosseguir firmes para construirmos um país melhor, com mais transparência e eficiência nos gastos públicos.